

TEMPO DE APRENDER OU PARA APRENDER?

AXER, Bonnie¹

EUGÊNIO, Sabrina²

Eixo temático: 1. Alfabetização e políticas públicas

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo dialogar com o eixo 1 do programa Tempo de Aprender - cursos de formação continuada de profissionais da alfabetização – especificamente o curso **Práticas de Alfabetização (Tempo de Aprender)** que compõe uma das muitas ações da Política Nacional de Alfabetização (PNA). O referido curso apresenta-se como sendo o mais eficaz para diminuir a taxa de analfabetismo, visto que se “baseia em ciências”. As ciências mencionadas no curso se resumem à ciência cognitiva e instrumentação fonética sistematizada que favorece a defesa da alfabetização numa perspectiva fônica e apresenta estratégias de sistematização de uma ideia de ensino para a leitura e escrita. Visando problematizar as defesas acerca de uma alfabetização plena possível de ser alcançada em determinado tempo de aprendizagem a partir de uma perspectiva específica e única – a fônica – colocamos o discurso da idade/tempo certo/adequado para aprendizagem da/na alfabetização sob rasura. Dessa maneira lançamos mão de algumas análises feitas sobre o discurso do tempo em políticas curriculares recentes para alfabetização e trazemos para diálogo a alfabetização discursiva, com o intuito de trazer para a discussão a contribuição de outra ciência para este debate.

Palavras Chaves: Tempo; Tempo de Aprender; Rasura.

Introdução

Para dar início a essa discussão é necessário contextualizar o terreno no qual estamos produzindo esse trabalho. A alfabetização é uma prioridade da Educação brasileira e nesse contexto organiza-se e produz-se estratégias políticas e curriculares para tentar garantir a maneira mais eficiente e o tempo adequado para que a mesma aconteça. Essa maneira mais eficaz para que a alfabetização se dê vem sendo uma preocupação das últimas políticas de alfabetização – Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa (PNAIC), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Política Nacional da Alfabetização (PNA). Juntamente com as defesas e propostas que prometem ser bem-sucedidas para alfabetizar que nas três políticas se faz presente, reverbera-se também o discurso do tempo apropriado para esta aprendizagem. Esse tempo da/na aprendizagem vem sendo um investimento de estudo e pesquisa de uma das autoras do presente trabalho.

¹Doutora em Educação pela UERJ. Professora do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ). Coordenadora do projeto de pesquisa “As crianças como curriculistas: um diálogo entre políticas e práticas curriculares e seus sentidos para infância”. Contato: bonnieaxer@gmail.com

²Graduanda em Pedagogia pelo consórcio CEDERJ/UERJ. Bolsista de Iniciação Científica no projeto “As crianças como curriculistas: um diálogo entre políticas e práticas curriculares e seus sentidos para infância”. Contato: sabryconcurso@gmail.com

Com base em alguns desses estudos, é possível traçar uma breve linha temporal que atravessa as políticas curriculares para o ensino da leitura e da escrita e que, em nossa interpretação amplia os sentidos em torno do discurso sobre o tempo na alfabetização. Encontrávamos no PNAIC a defesa do ciclo de alfabetização em 3 anos e sua idade certa para esta aprendizagem, o que trazia desdobramentos (tais como materiais didáticos e avaliações externas) para que todas as crianças estivessem alfabetizadas ao final do 3º ano do ensino fundamental. Já na BNCC assistimos uma redução deste ciclo para dois anos num primeiro momento, e posteriormente, para um ano com a compreensão (ainda sutil naquele momento) da educação infantil como etapa de preparação para a alfabetização, o que nos trouxe uma falsa ideia de alargamento do tempo. Por agora, temos na PNA a ideia do *tempo de aprender* com a defesa de um aumento do tempo com a inclusão da educação infantil no processo de ensino da leitura e da escrita. Dessa maneira, a PNA chega com a intenção primeira de responder àquilo que não se conseguiu nos movimentos políticos e curriculares anteriores – garantir a alfabetização plena em um curto espaço de tempo.

Com estes breves recortes, percebemos a “marca temporal” sendo alterada e fortalecendo discursos, práticas e políticas que tentam garantir a alfabetização plena dos estudantes.

Essas modificações em relação ao tempo de aprendizagem da/na alfabetização constituem não apenas o entendimento do tempo esperado, mas principalmente, sobre o entendimento do que é ser e estar alfabetizado para estas políticas. Por este motivo nossa opção aqui por colocar tal tempo *sob rasura* (Derrida, 1971). Ao fazer uso do termo e entendimento de Derrida (1971), chamamos atenção para uma escrita revisitada, atualizada (por vezes ampliada ou encurtada) acerca do tempo que traz em si borrimentos no termo e nos seus sentidos. Um borrimento que não apaga, mas que reforça sua indeterminação. Indeterminação esta que fala também do que se defende por ser e estar alfabetizado. Não sendo possível retomar profundamente aos sentidos para alfabetização em políticas como PNAIC e BNCC desenvolvidas em outros momentos, nos atentamos aqui para a defesa presente na PNA e conseqüentemente no curso Tempo de aprender: “A PNA, com base na ciência cognitiva da leitura, define **alfabetização** como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético” (BRASIL, 2019, p.18).

Assistimos assim as diferentes concepções acerca da alfabetização tensionadas pelo desejo nacional de reduzir os índices de analfabetismo no menor tempo possível. Um tempo não da política em si, dos seus investimentos e desdobramentos, mas também o tempo de aprendizagem para os estudantes.

A partir desse terreno adubado acerca da importância do tempo da/na aprendizagem da leitura e da escrita, a PNA se apresenta como uma política curricular com “ferramentas precisas e eficazes”, nos dizeres da própria política, para tornar o tempo de aprender

adequado uma realidade nas escolas brasileiras. A PNA foi instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 e possui como principal objetivo “*prover uma formação básica de qualidade a todos os cidadãos*” a partir de “*uma mudança de concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia*” (2019, p.10). A partir de tal objetivo, espera-se com esta política elevar o ranqueamento da qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro.

Quando optamos por fazer a leitura da PNA como política curricular, entendemos que esta constitui uma rede política maior e envolve um conjunto de ações que buscam atender e articular demandas pela conquista da alfabetização nacional em um tempo específico e desejado. Ao fazer uso do termo e da ideia de uma política constituída em rede, nos apoiamos no entendimento e defesa da não existência de um centro único e todo poderoso nas relações hegemônicas da política. A intenção então passa a ser a problematização de toda e qualquer produção política – PNA, BNCC ou PNAIC por exemplo - as percebendo como produções atravessadas, instáveis e contingentes. Tal entendimento possibilita que vivência da política, seja de forma escrita ou praticada é sempre provisória.

Sendo assim, encaramos a política em questão como movimento de articulação em prol da significação da alfabetização e, conseqüentemente, uma base curricular única para a mesma. Nesse movimento em que se faz a PNA, a formação de professores (inicial e continuada) é uma estratégia, entre muitas outras, para tentar dar conta das demandas que atravessam um discurso de alfabetização de qualidade. Da PNA, origina-se os cursos de formação continuada em Práticas de Alfabetização intitulados *Manual ABC* e o *Tempo de Aprender*. O foco desse trabalho é o curso de Formação, online, Tempo de Aprender, destinado aos professores e educadores de alfabetização e é nele que vamos nos debruçar a partir de agora.

Tempo de aprender ou para aprender? Que alfabetização se defende afinal?

O Tempo de Aprender é um programa para o aperfeiçoamento, apoio e valorização do de professores, gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental e familiares do educando . Trata-se do “*programa mais completo da história do Brasil. Destinado principalmente aos professores de crianças da pré-escola e do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras*”³. Dentro de tal programa, encontramos dois cursos de formação continuada, O *Práticas de Produção de Texto* e o *Práticas de Alfabetização – Tempo de Aprender* que é nosso foco aqui.

³ Definição presente no site

<https://alfabetizacao.mec.gov.br/#:-:text=O%20Tempo%20de%20Aprender%20%C3%A9,Fundamental%20das%20escolas%20p%C3%BAblicas%20brasileiras>. Acesso em 05 de maio de 2023.

Segundo o documento da PNA e a própria apresentação do curso *Práticas de alfabetização-Tempo de Aprender* no site MEC⁴, a formação defendida e apresentada é baseada em saberes científicos tais como: neurologia, psicologia, linguística, neurociência, entre outros. A elaboração do curso conta ainda com a cooperação da Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação, Secretaria Executiva do Gabinete do Ministério, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, todos em parceria com Institutos portugueses, cuja elaboração contou com os moldes deste país, e depois foi protocolado e exibido no site⁵.

O curso *Práticas de alfabetização-Tempo de Aprender* também se alimenta desta defesa de tempo demarcado previamente para a aprendizagem delicada da alfabetização e a faz através de um discurso materializado em modos de fazer divulgados em vídeos que acabam por se tornar modelos de ensino e aprendizagem bem-sucedidos. Um dos modelos divulgados e defendidos é a “instrução fônica sistemática”. Tal sistematização coloca o método fônico em destaque e o apresenta como perspectiva específica de alfabetização que é defendido como “*componente essencial para alfabetização*” e, ao nosso ver, se faz excludente. Vale destacar que o curso de formação com o qual dialogamos neste trabalho não possui material específico. O mesmo se respalda no documento do PNA, no curso Alfabetização Baseada em Ciência-ABC, nos materiais didáticos (ABC na prática – cadernos do professor e aluno) e nos vídeos que compõem os 6 módulos do curso que se encontram na plataforma do MEC e também no youtube.

Com uma concepção de alfabetização enquanto processo de aprendizagem para que o estudante adquira as habilidades da leitura e da escrita, que muitas vezes parece se esgotar na consciência fonológica, o Tempo de aprender estrutura e apresenta parâmetros para o **dar** aulas/conteúdos, **aplicar** métodos e **avaliar** os estudantes. O curso é online ministrado através de vídeos que trazem muitos exemplos bem-sucedidos e adequados para abordar os conteúdos e aplicar o modo de fazer único escolhido nessa formação. O curso se divide em seis módulos – aprendendo a ouvir, conhecimento alfabético, vocabulário, fluência compreensão e produção escrita. Cada módulo possui de três a quatro vídeos com a exibição e o protagonismo de dois professores, que se revezam, e uma turma com a média de quinze estudantes que demonstram passividade e tranquilidade ao receber o conteúdo.

Vale destacar que o ambiente de sala de aula apresentando ao longo dos vídeos que compõem o curso está distante da realidade, por apresentar uma estrutura que nem sempre encontramos nas escolas públicas ao redor do nosso país. Ao final dos vídeos, percebe-se várias informações estatísticas sobre a comparação do ensino atual e o método fônico,

⁴ <https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender#manual>. Acesso em 05 de maio de 2023.

⁵ <https://alfabetizacao.mec.gov.br/>. Acesso em 05 de maio de 2023.

relacionando outros países, principalmente Portugal⁶. Esta comparação acaba por induzir conclusões que tendem a responsabilizar os docentes acerca da não obtenção do resultado esperado – “erros no modo de fazer”.

Ao se estabelecer uma única perspectiva para pensar a alfabetização que acontece em meio à multiplicidade entre 26 letras e seus inúmeros sons, percebemos uma tentativa de estabelecer uma única maneira de ensinar e um determinado tempo aceitável para aprender.

Ao apresentar um repertório de 26 códigos – alfabeto - como conjunto finito, que traz uma sensação de facilitação na compreensão do estudante, visto que previamente delimita os códigos com os quais podemos escrever qualquer palavra por exemplo, o curso Tempo de Aprender reforça seu posicionamento para uma metodologia que tende a se fazer suficiente através de uma sistematização fônica. “*Devemos ensinar explicitamente as crianças a converter letras em sons? Sim, claro. Essa é uma das principais habilidades que os bons leitores adquirem.*” (BRASIL, 2019, p.30).

A partir desse destaque que aparece tanto na apresentação do curso no site, como também no caderno da PNA em relação à sistematização fônica colocamos sob rasura algumas defesas feitas para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem que envolvem a alfabetização e seu tempo para. Colocar sob rasura, significa que para a leitura que optamos fazer desta política, com base nas teorias aqui já mencionadas, rasuramos, suspeitamos, duvidamos e questionamos qualquer defesa que se pretende única. Dessa maneira, seria o conhecimento e domínio do artefato do alfabeto garantia de sucesso na alfabetização? Converter letras em sons é a principal habilidade a ser adquirida? Ainda que não haja esta defesa direta, na PNA percebemos que as apresentações e embasamentos feitos sobre alfabetização a cristalizam nesse saber – “[...] ensino dessas habilidades de leitura e de escrita é que constitui o processo de alfabetização” (BRASIL, 2019, p.19).

Não estamos aqui defendendo o não saber dessas habilidades ou a não valorização desse artefato no processo de aprendizagem da leitura e escrita, mas entendemos que o alfabeto e a relação das letras e sons não se faz simples e a infinidade de sons que o conjunto de 26 letras podem nos oferecer nos apresenta um contexto muito mais amplo e fluído para o processo de alfabetização do que a sistematização dos mecanismos fônicos, da maneira como é apresentada, organizada e defendida no curso Tempo de Aprender traz. De acordo com Geraldi (1996), o alfabeto é um artefato, um mecanismo que se constitui, também, pela perda dos significados que circulam na oralidade. Ao tentar recortar e isolar cadeias sonoras na tentativa de representar, a partir dos grafemas algo que é abstrato, como os fonemas, acabamos por perder a linguagem, pois perdemos os sentidos.

⁶ No site do programa, muitas das pesquisas que embasam o mesmo são pesquisas que trazem resultados obtidos em Portugal, uma realidade muito distante da nossa, a começar pela formação básica de seus professores. em Portugal para ministrar o Ensino Fundamental, exige-se mestrado, e no Brasil, somente a partir de 2007 que foi criada uma lei que determina que o professor tenha o Nível Superior em Pedagogia

A sozinho não significa. O A de AMARELO, ou melhor, o A que está em amarelo só significa porque produz significados a partir de tudo aquilo que sabemos que não é amarelo. A letra em si (sozinha ou acompanhada de outras letras) e seus sons possuem valor simbólico, mas sozinha não é significativa. Para que alguém se alfabetize, é necessário sim que haja domínio desse mecanismo, mas é necessário também que vá além dos seus esses usos para produzir sentidos para a escrita. Assim, a nossa tarefa como alfabetizadoras é caminhar no processo de alfabetização equilibrando os sentidos do texto e o mecanismo do alfabeto. Dessa maneira, a escrita é entendida como representação da língua, da linguagem de certa forma, um código a ser conhecido e dominado.

Nas defesas que fazemos ao longo de nossos estudos e práticas, acreditamos que a linguagem não se restringe apenas aos aspectos fonológicos da língua, esta abarca também aspectos morfológicos, sintáticos e discursivos. Linguagem por nós é entendida como fenômeno social que define a condição humana, multiplicidade infinitas de possibilidades de significação numa estrutura descentrada, como nos diz Derrida (1971). Assim, esses diferentes aspectos que contribuem para a formação da língua e conseqüentemente da leitura e da escrita se atravessam e se enredam para o “fluir do significado” do discurso interior pela escritura. (SMOLKA, 2012). Para o “fluir do significado” da/na alfabetização. Segundo a autora, e com ela concordamos, o que garante a alfabetização é o *SENTIDO* que se dá ao que se quer ler e escrever e este acontece através da interação com outro.

Segundo os estudos da área da alfabetização, especialmente a alfabetização discursiva na qual apoiamo-nos (SMOLKA, 2012) tal demarcação do sentido para o processo de aprendizagem da alfabetização e seu tempo não se faz interessante, uma vez que este processo não se limita apenas ao ensino dos códigos, mas busca desenvolver habilidades de leitura e escrita em um contexto mais amplo, que considera as práticas sociais e culturais em que os estudantes estão inseridos. Mas esta é uma ciência não considerada por esta política e suas formações. Alguns questionamentos então nos ficam: quais ciências foram convocadas nesta formação?

A instrução fônica sistemática cristalizada e reduzida ao conhecido “método fônico” por boa parte dos discursos e materiais divulgados da PNA e do curso tempo de Aprender, para os pesquisadores, estudiosos e especialistas da área da alfabetização representa um retrocesso nas defesas e avanços que o campo fez ao longo dos anos. Principalmente ao reduzir o processo de alfabetização a exclusivamente ensino da língua, desconsiderando a experiência da/na/com a linguagem.

Salvo as pesquisa e contribuições da alfabetização discursiva SMOLKA (2012) suspeitamos do método fônico como o único método a ser capaz de trazer vivências potentes durante o processo de aprendizagem da leitura e da escrita visto que o mesmo não é capaz de, sozinho, levar em consideração as imprevisibilidades que dão sentido a essa

aprendizagem. Entre tais imprevisibilidades temos as variáveis regionais, sociais e linguísticas, a língua presa, perda de dente ou até mesmo a não oralização de estudantes por exemplo.

Não estamos aqui inviabilizando a consciência fonológica ou negando a importância desta para a construção do pensamento e entendimento da criança no processo de aprendizagem do código escrito. Ter conhecimento do funcionamento fonético e seus usos se faz importante, mas ele sozinho não garante a alfabetização. E esse, talvez seja o hiato no qual o curso em questão se coloca. Uma ciência só não faz verão. Seria a ciência uma construção única?

Considerações Finais:

Ao estabelecer parâmetros que enreda a alfabetização a partir da sistematização e instrumentalização fônica, a PNA e conseqüentemente seus cursos de formação, tal qual o Práticas de *Alfabetização-Tempo de Aprender*, reproduzem um discurso que encaminha e favorece as defesas em prol de uma alfabetização que se esgota na perspectiva fônica. “[...] a leitura e a escrita precisam ser ensinadas de modo explícito e sistemático, evidência que afeta diretamente a pessoa que ensina” (BRASIL, 2019, p. 20,). As limitações através dos materiais, cursos e vídeos que compõem o programa tempo de aprender acabam por fortalecer a defesa de modo único de ensinar a alfabetização - o método fônico- o que padroniza as práticas docentes e discentes e seus tempos por exemplo.

Com base então no contexto de referência e atuação deste curso, de sua estrutura e defesas acerca do processo de aprendizagem da leitura e da escrita nos questionamos sobre qual tempo está se falando? Seria Tempo de aprender ou para aprender? Tempo para quem? Para os estudantes ou para os seus professores? Ao nosso ver, com defesas superficiais e com o pouco diálogo com as pesquisas brasileiras que dialogam de maneira mais próxima com a realidade de nossas escolas e estudantes, percebemos um programa que entrega muito menos do que promete para o campo da alfabetização e para a realidade analfabeta que nos assombra. Com intenções claras de fortalecimento de uma política nacional que visa igualar as muitas diferentes realidades brasileiras através de uma metodologia única, o *Tempo de Aprender* parece palpável e facilmente alcançado se ele for entendido como o mesmo para todos.

O tempo definido pelos materiais e cursos que compõem a PNA fortalecem o discurso de “um tempo único para a aprendizagem das habilidades precisas para a leitura e a escrita”. Sendo assim fortalece um entendimento instrumental da alfabetização que veicula sentidos que atravessam e constituem uma política curricular, nacional e única para esse momento da formação básica de nossos estudantes em idade escolar e disso precisamos suspeitar,

rasurar e chamar a atenção para os traços borrados que repetem sem repetir e que colocam em questão a ideia de tempo e alfabetização e suas dificuldades de se dar de maneira única.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**/Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

GERALDI, J. W. ALFABETO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL D E U M ARTEFATO. **Forum lingüístic.**, Florianópolis, v. 2 0, n. 1, p. 870 9 - 8715, jan./mar.2023

SMOLKA, A.L.B. **A criança na fase inicial da escrita: A alfabetização como processo discursivo**. São Paulo, Cortez, 2012.